

Estado punirá escolas que cobraram a mais

As escolas que estipularam aumentos abusivos nas mensalidades terão que devolver — com correção monetária e juros — o que cobraram a mais do que permitia o acordo que firmaram em janeiro com os pais dos alunos. Além disso, pagará multa a ser determinada pela Justiça, segundo anúncio feito ontem pelo Curador de Defesa do Consumidor, Hélio Gama.

Ele acrescentou que os pais não precisarão reclamar, pois todas as escolas do Estado serão fiscalizadas. A partir de hoje, os supervisores educacionais da Secretaria estadual de Educação começam a visitá-las para conferir o cumprimento do acordo, firmado espontaneamente pelas duas partes, e que para o Estado, segundo o Curador, é o único documento que servirá para superar impasses sobre as mensalidades.

Ontem, após uma reunião com Hélio Gama, com o Procurador Geral de Justiça, Carlos Antônio Nayega, e o Vice-Presidente do Conselho Estadual de Educação, Ernesto Freire, o Secretário estadual de Educação, Carlos Alberto Direito, anunciou que iniciará uma ação civil pública para suspender, no Rio de Janeiro, o decreto federal que liberou as mensalidades escolares.

Ficou decidido também que a Procuradoria Geral de Justiça do Estado fará uma representação junto ao

Procurador Geral da República, Sérgio Pádua Pertence, para que se reconheça como constitucional, no Estado do Rio, o Decreto federal nº 95.720, sob a argumentação de que havia, antes de ser assinado o decreto, um acordo entre os representantes da Associação de Pais de Alunos do Estado do Rio de Janeiro (Apaerj) e das escolas (Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular de Primeiro e Segundo Graus).

O Curador Hélio Gama explicou que a lei não pode prejudicar a "coisa julgada" e que o acordo entre pais e escolas está caracterizado como tal por ter sido aprovado em sessão plenária do Conselho Estadual de Educação e referendado por um promotor público. Desta forma, segundo Hélio Gama, o decreto perde a sua validade no Estado. Como o acordo não tem cláusulas prevendo multas, estas deverão ser fixadas pela Justiça, mas o Curador diz que elas chegarão a R\$ 1 milhão.

● **ASSEMBLÉIA** — A Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa receberá hoje os dirigentes da Associação de Pais de Alunos do Estado, para ouvir relatos não só sobre os aumentos abusivos de mensalidades nas escolas, mas também sobre represálias praticadas contra algumas crianças. Segundo a Deputada Heloneida Studart (PMDB), em escolas da Zona Sul funcionários estão humilhando as crianças. Para o Presidente da Comissão, Deputado Alberto Brizola (PDT), as declarações do Ministro da Fazenda só prejudicaram a luta dos estudantes.